

TRADUÇÃO E EDIÇÃO: ARTES À DERIVA?

Antonio Luis Catarino

Deriva Editora, Porto

Antes de qualquer afirmação que me faria mover mais, à vontade e com gosto, entre vós, devo dizer, a bem da clareza, que sou um editor. Pior: sou um editor português o que significa muito mais problemas, maior ansiedade, e muito menos dividendos do que os nossos congéneres europeus. Editamos por gosto, de quem gostamos e nos revemos. Dois anos depois do nosso nascimento podemos ainda dizer isso não sem algum sentido de vitória e um enorme sorriso dirigido, certinho, para quem vaticinou pouca dura para este hercúleo objectivo –editar somente o que se gosta e das ou referente às culturas minoritárias. Vale este conceito para que fui convidado por este encontro– o de culturas minoritárias em contraponto às ditas culturas maioritárias a que se cola o dito mercado que, esse sim, é tudo menos minoritário. O que não aceitamos, para rigor dos conceitos, é a da periferia cultural ou de literaturas «improváveis» como infelizmente um jovem editor se referiu, em Portugal, e há muito pouco tempo, a estas culturas. Improbabilidade na literatura é coisa muito difícil de ser provada porque a não existir também não existe como povo. Assim, se provará a existência improvável de um povo que existe e não tenha literatura. É impossível. O que já é possível e temos disso provas, como editora, é o facto de não ser editada literatura de qualidade o que é completamente diferente. Mas vamos por partes.

Portanto, para os menos avisados, não se confundam com o nome dado a este projecto: *Deriva*. Não resisto, num encontro de tradutores como este e reconhecendo o cansaço do último dia de trabalhos, a contar um episódio bem revelador de como a língua pode ser bem mais do que a simples comunicação. Ela foi, antes de tudo, uma arma de arremesso contra a burocracia sufocante de Portugal, cujo representante da dita, naquele específico caso as Marcas e Patentes do Notariado do Porto, não queria registar este nome porque era um tempo do verbo “derivar”. Bem argumentámos que não, que era um substantivo do género feminino e que, por favor, nos deixassem ir trabalhar para coisas mais importantes. A notária, impassível, do alto da papelada não resistia a travar-nos o caminho do sucesso com um simples tempo de um verbo! A partir daí, da aceitação contrariada, tudo se transformou... O nome desta editora não tem nada de estranho. Surge na obra de Thomas de Quincey, «As Confissões de um Opiómano Inglês», onde a personagem derivava pelas ruas da cidade de Londres num eterno deambular e onde encontrava uma nova cidade não marcada na quadrícula oficial londrina, nascendo, nessa deriva, um emaranhado de emoções e fugas extraordinárias. Mais tarde, outros usaram-na

noutros contextos tão ou mais exaltantes que estes de Quincey. Falamos dos dadaístas e dos surrealistas, dados a estas artes da deriva contínua.

E a principal transformação deu-se no domínio dos conceitos. Pensa-se que se conhece a obra lendo-a, mas, como editor, ler uma obra não basta. Tem de se conhecer o autor, de comunicar com ele, de assistir a sessões de trabalho com o tradutor, de perguntar pela palavra, a expressão idiomática, da clarificação política, social ou geográfica, a ironia sinuosa que não compreendemos logo e mais tarde fará todo o sentido. Ou seja, aprender verdadeiramente com o autor e tradutor é aprender o ofício de editor. De conhecer um povo, uma língua, uma forma de viver reconhecendo, como Saramago, o verdadeiro Outro. Aconteceu exactamente isso com alguns autores que tivemos o gosto de editar aqui da Galiza, terra de eleição e de opção da Deriva, como a Bretanha, a Irlanda a França ou o Euskadi. Não escondemos a nossa viagem pela Galiza, tal como ela é e não como a imagem estereotipada que querem fazer dela. Não existe mais a literatura sedimentada numa Galiza rural, porque a Europa já não é rural. É agro-industrial. Há uma Galiza reconvertida, como há um Portugal reconvertido. Já não há um Salazar ou um Franco, mas existe desordenamento territorial e marés negras. Já não há aldeias connosco, mas há os subúrbios latejantes de gente e automóveis, transportes públicos a abarrotar, mercadorias para colocar... é essa Galiza que queremos conhecer, mais a memória residual ou permanente dos que não querem fazer esquecer um passado ainda muito presente. São esses que escrevem assim que queremos editar em Portugal, país que, como afirmava Unamuno, era um país de suicidas. Para além do suicídio, ostensivo a todos os que quiserem observar o que se passa nas nossas estradas, existe isso sim o ser sorumbático e depressivo que povoa o nosso imaginário e faz disso gala e desejo, transportando-o para a nossa literatura que dela faz sorumbática e depressiva, mas não suicida ao ponto de não esperar para ver os resultados.

A Galiza trouxe-nos Gonzalo Navaza, aqui de Vigo, com quem tivemos o prazer de trabalhar juntamente com a tradutora de *Erros e Tanatos*, Elisabete Ramos. Foi com Gonzalo que conhecemos o rigor e a aplicação cirúrgica da palavra de modo a recebermos a prosa límpida e o fim inesperado, mas lógico, como um palíndromo. Foi com ele que, na Póvoa de Varzim, aprendemos o mistério de Aver-o-mar, aldeia poveira, que um verdadeiro toponímico pode saber levantar. A poesia, com Navaza, tem lugar onde menos se espera. Foi na tradução de *Erros e Tanatos* que tivemos os mais altos momentos de ansiedade, mas também aí se consolidou uma amizade e o conhecimento de uma obra extremamente honesta e de uma qualidade notável. Foi mais um ensinamento que se fez com a tradução – o homem é inseparável da obra. Tal como é inseparável do seu país e das suas gentes.

Mais a norte, entre Santiago e Bruxelas, com Queipo, *Bebendo o Mar* trouxe consigo o conflito, sempre sanável, logo no seu título original – Papaventos, palavra de múltiplos sentidos em Portugal e que poderia dimi-

nuir o apelo da obra magnífica de Xavier. Aqui, pela primeira vez com ele, sentiu-se a força da palavra e dos momentos, devido às referências a Saramago e ao *Ensaio sobre a Cegueira*, à Galiza e à Califórnia, à Irlanda e a Portugal. É a visão de uma Galiza cosmopolita, universal que, tal como nós, na diáspora se encontra, como se pode antever também com Navaza e o seu Brasil, exportador de expressões tropicais com os quais nos identificamos, sempre de uma forma tão distante, mas tão necessária para um Acordo Ortográfico com carácter de urgência. Como importante seria o de saber qual a verdadeira posição do Instituto Camões (que até tem uma casa aqui em Vigo, julgo saber) sobre a lusofonia. A Galiza é reconhecida nesse mundo? Por que razão negam apoio a projectos luso-galaicos de literatura contemporânea, só reconhecendo a Galiza como parte integrante de Espanha em pé de igualdade com outras regiões autónomas, quando sabemos que há particularismos que nos atraem constantemente para caminhos comuns? Que tem a dizer o Instituto Camões? E sobre o seu papel na Expolangues? Não seria mais cuidadoso fazer parecerias com línguas e idiomas comuns à lusofonia estando lá presentes numa posição de igualdade perante as línguas maioritárias? Por que razão não foi convidada este ano a Galiza quando se discute o património mundial da língua galaico-portuguesa?

Ainda mais a norte, já em Betanzos, Xabier López López, cria a sua *Estranha Estrela* com o seu estilo propositadamente barroco e pós-moderno quase desesperou Ângela Carvalhas, a tradutora de Xabier, pela dificuldade de conciliar as duas linguagens, na mesma língua, com normativas diferentes. Conseguiu-se à custa de uma amizade duradoura. De todos eles e também de Ramón Caride e Dina Almeida que traduziu os *Tempos de Fuga*, guardamos uma amizade cimentada em palavras e em expressões, pelo respeito da literatura e do que de melhor têm as pessoas.

A Galiza vive dias muito bons na ficção. Tal como nós vivemos nos anos 70 e 80. Exigimos, por isso, respeito pela norma galega e pelos seus autores, traduzindo-a directamente do galego para o português. Tenho noção do que significa esta afirmação não isenta de polémica. O galego ainda deve ser traduzido para «nós», portugueses, porque os portugueses são poucos a ler e a consumir a única coisa que vale a pena consumir para além da comida, a cultura. A iliteracia e a crise instalou-se solidamente em Portugal com números confrangedores, fruto, entre outras razões, de uma política educativa a todos os títulos criminosa, porque assente na desmemorização e na facilitação redutora, de opções linguísticas em detrimento do conhecimento literário, de tratar a língua como um subproduto comunicacional. Hoje, infelizmente, Portugal está ao sabor da corrente dominante. Percebemos qual o fito dessa corrente. Levar as pessoas a pensar que escolhem sem escolher, a comprar sem pensar, a ver sem olhar, ou ouvir sem fechar os olhos. Isto tem um nome – aculturação.

Pois é contra este estado de coisas que lutamos, como editora com referência e princípios. Não gostamos da «best-sellerização» dos livros anglo-saxónicos grandemente maioritários nos escaparates livreiros em Portugal, nem com as escolhas que fariam Da Vinci corar de vergonha. Ou Paulo Coelho ser o mais vendido em Paris ou Madrid a custo de vender vazio (baleiro, diz-se na Galiza). Ou ainda contra o facto revelador de um estudante de uma conhecida escola secundária do Porto, à pergunta levantada por uma jornalista televisiva sobre a opção cada vez maior dos estudantes pela disciplina de castelhano em Portugal, este ter respondido que a escolheu «para não ter francês, uma língua morta, não é? (non si?)»! Não deixa de ser estranho ver como, no jogo das trocas em que se tornou o mercado das línguas, o francês passa paulatinamente a periférico e de como se esvazia o importantíssimo Instituto Franco-português do Porto, simplesmente porque a estratégia comercial manda.

É contra isto que teimosamente a Deriva nada. Contem connosco para a divulgação que, há muito, a Galiza merece e de que tem sido arredada. Sempre contra a corrente.